

CONTRIBUIÇÕES DA(O) PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA FRENTE AOS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY IN FRONT OF THE CHALLENGES OF INCLUSION IN BASIC EDUCATION

Nathália Silva de Souza

Graduanda em Psicologia pela ALFA UNIPAC TO- Brasil

E-mail: nathysouzaity@gmail.com

Alcilene Lopes de Amorim Andrade

Pedagoga, Psicóloga, Pós-graduada em Psicologia Clínica, Mestre em Educação, Professora na ALFA UNIPAC TO- Brasil

E-mail: alcileneaguia@hotmail.com

Resumo

O trabalho aborda a inclusão escolar na educação básica, enfatizando as contribuições da psicóloga(o) no contexto escolar especificamente no que tange à educação inclusiva. O objetivo principal do estudo foi apresentar as contribuições da(o) Psicóloga(o) frente aos desafios da inclusão na educação básica, buscando também identificar os principais marcos da Educação Inclusiva; descrever os desafios e avanços da inclusão escolar e apontar a atuação da Psicóloga Escolar frente à Educação Inclusiva, conforme as referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia. Para atender aos objetivos propostos realizou-se pesquisa bibliográfica, descritiva quanto aos fins, de abordagem qualitativa. Os achados na literatura apontam a importância do fazer da(o) psicóloga(o) na escola, para implementação das políticas educacionais voltadas para a inclusão, desenvolvendo atividades com os educadores, pais e alunos. Conclui-se que a(o) psicóloga(o) tem muito a contribuir no processo de inclusão escolar, desenvolvendo ações pautadas numa perspectiva biopsicossocial, voltadas para a valorização das diferentes formas e potencialidades para aprender.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Educação Inclusiva; Ensino-aprendizagem

Abstract

The work addresses school inclusion in basic education, emphasizing the contributions of the psychologist (o) in the school context specifically with regard to inclusive education. The main objective of the study was to present

the contributions of the Psychologist (o) in face of the challenges of inclusion in basic education, also seeking to identify the main milestones of Inclusive Education; describe the challenges and advances of school inclusion and point out the role of the School Psychologist in the face of Inclusive Education, according to the technical references of the Federal Council of Psychology. The findings in the literature point to the importance of the psychologist's doing at school, for the implementation of educational policies aimed at inclusion, developing activities with educators, parents and students. It is concluded that the psychologist has much to contribute to the process of school inclusion, developing actions based on a biopsychosocial perspective, aimed at valuing the different forms and potentialities for learning.

Keywords: School Psychology; Inclusive education; Teaching-learning

1. Introdução

A inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais no ambiente escolar é um tema que vem ganhando espaço nos debates e discussões no âmbito da psicologia, sobretudo da psicologia da educação.

As pessoas com necessidades especiais historicamente sofreram preconceitos, maus tratos e negligências. Assim, faz-se necessária a luta para que todas as pessoas tenham direitos à igualdade e à cidadania, compreendendo por outra perspectiva a abordagem e a acolhida no âmbito do ensino/aprendizagem com relação aos “diferentes” (MENDES, 2019).

Como marcos dessas lutas permanentes pela inclusão no âmbito educacional temos a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, e posteriormente a Declaração de Salamanca em 1994, firmada na Espanha, sinalizando no plano internacional, momentos históricos em prol da Educação Inclusiva, e determinando a nível nacional os caminhos a serem construídos.

O termo inclusão trouxe novas perspectivas para a educação básica, permitindo que alunos com necessidades especiais, tivessem direito de acesso ao ensino regular. Ainda assim, percebe-se que existem muitos desafios no processo de inclusão no ambiente escolar, devido a questões de aceitação dos pais, adaptações no ambiente físico, falta de materiais e recursos, capacitação de profissionais, e equipe multiprofissional para acolher o aluno.

Nesse sentido, é preciso empenho de toda a comunidade escolar, destacando no presente estudo, o papel da(o) profissional de Psicologia, para a

efetivação da inclusão escolar, buscando responder à seguinte problemática: em quais aspectos o trabalho da(o) Psicóloga(o) pode contribuir para a inclusão de estudantes com necessidades especiais na educação, com ênfase na educação básica?

Assim sendo, o artigo tem como objetivo principal apresentar as contribuições da(o) Psicóloga(o) frente aos desafios da inclusão na Educação Básica. Especificamente, pretende-se identificar os principais marcos da Educação Inclusiva; descrever os desafios e avanços da inclusão escolar e apontar a atuação da Psicóloga Escolar frente à Educação Inclusiva, conforme as referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia.

O tema em tela tem relevância social e acadêmica, sobretudo ante uma conquista histórica da promulgação da Lei 13.935 em dezembro de 2019, fruto de uma luta de quase 20 anos, para que profissionais da Psicologia fossem inseridos nas escolas públicas colaborando para o processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças e adolescentes do país, e para promoção da cidadania.

2. Metodologia

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, classificada como descritiva quanto aos fins e de abordagem predominantemente qualitativa.

Realizou-se revisão de literatura, sobre a educação inclusiva e estudo sobre o fazer da Psicologia frente aos desafios da inclusão escolar, utilizando publicações no período de 2011 a 2021, excetuando os clássicos: Antunes, M. A. M. (2008), BUENO José Geraldo Silveira, (1993), Mazzotta, M. J. da S., & Sousa, S. M. Z. L (2000), tendo como principais descritores: psicologia escolar, educação inclusiva, educação básica.

No que tange à natureza, é classificada como básica, uma vez que envolve estudos com foco na formulação da teoria para compreensão do papel da psicóloga na inclusão escolar. Para tanto, revisou-se livros, artigos, documentos oficiais em formato físico e eletrônico.

3. Revisão de Literatura

3.1 Principais marcos históricos e normativos da educação inclusiva no

Brasil

As primeiras ações voltadas para a educação inclusiva no Brasil podem ser identificadas no período do Brasil Imperial. Foi naquele contexto que se criaram, a partir de demandas particulares colocadas ao então Imperador do Brasil, Dom Pedro II, as primeiras instituições direcionadas às demandas especiais de alguns segmentos sociais da população. Nesse sentido, em 1854, fundou-se o Imperial Instituto para Meninos Cegos (que em 1891 passou a ser denominado de Instituto Benjamin Constant), em 1857, foi a vez do Instituto Imperial dos Meninos Surdos-Mudos (que, em 1957, passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos), e, em 1874, iniciou-se a institucionalização dos portadores de deficiência mental por meio do Hospital Psiquiátrico da Bahia, atual Hospital Juliano Moreira (ROMERO *et al*, 2008, p.7).

Apesar do destaque para essas primeiras entidades, vale ressaltar que:

A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiam, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada.(JANNUZZI, 2017, p. 28).

Numa sociedade rural e desescolarizada, a atenção governamental se voltou para as necessidades especiais educacionais da população somente a partir da Proclamação da República (1889), principalmente a partir do processo de urbanização do país, iniciado por volta de 1910-1922. Mas a preocupação central do Estado estava voltada para os portadores de “doença” mental, os quais acreditavam oferecer risco à ordem social, posto que não se desenvolviam na vida escolar e muitas das vezes encontravam acolhida nos espaços de criminalidade (NOGUEIRA, BEZERRA, 2017, p.8).

Por esta razão, observa-se que a partir de 1930 tem-se no país um número expressivo de instituições para atendimento às pessoas portadoras de doença mental e pouquíssimas voltadas para o atendimento de outras necessidades especiais no âmbito educacional.

Com a criação da Legião Brasileira da Boa Vontade, e do destaque que ganha na sociedade a filantropia e o assistencialismo, predominante no

contexto de crise econômica e social pós 1929, tem-se um paradigma: apesar de aumentar o número de entidades e o rol da diversidade de atendimento à população pobre e com necessidades especiais, tem-se o afastamento dessa demanda da esfera dos direitos de cidadania, posto que todo o atendimento se dava por via da filantropia-assistencialista (BUENO, 1993, p.90).

À medida que as instituições filantrópico-assistenciais conseguiam atender um público maior que o Estado, elas ganhavam visibilidade e força diante das decisões políticas e da trajetória da educação especial brasileira. Tal fato, escancarava a desresponsabilização do Estado com esse público bastante grande, distinguindo sua formação, ensino e aprendizagem dos ofertados nos modelos e tipos disponíveis às camadas mais altas da sociedade.

A inclusão filantrópico-assistencialista, contraditoriamente, tinha como eixo nodal a dupla exclusão: a exclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais dos espaços de educação mais equipados e elaborados criados pelo Estado, e a exclusão de suas demandas crescentes do âmbito das políticas públicas (NOGUEIRA, BEZERRA,2017, p.8).

São as demandas colocadas à Educação no Brasil nesse percurso, que trouxeram à tona o conceito de “Escola Nova”, por meio do qual veio a exigência de se trabalhar “o envolvimento completo da criança na sua parte física, psíquica, social e, por fim, intelectual” (JANNUZZI, 2017, p. 83). Tal demanda exigiu dos professores o papel de atuar nas necessidades afetivas dos alunos e potencializar suas habilidades e interesses. Ou seja, exercer a função de professor-psicólogo. Mas a lógica de educar os “anormais” em espaços separados levou à formação de classes especiais e à preparação de pessoas para trabalhar exclusivamente com esse público. É nesse contexto que a psicologia, ainda que de forma enviesada, surge na educação enquanto mecanismo para lidar com os “anormais” e “desajustados”.

Em síntese: a divisão da educação no país se resumia àqueles que não tinham condições para realização do trabalho braçal, e por este motivo estavam obrigados à institucionalização, e àqueles que, aptos para o trabalho, tinham um grau baixíssimo de educação dada a pouca exigência colocada pelas atividades laborais.

Com a modernização do país e a necessidade da escolarização da população, a sociedade brasileira começou a criar a distinção de dois grupos sociais: aqueles que tinham capacidade para estudar e ingressar como mão de obra qualificada no mercado de trabalho e aqueles que eram “anormais”, que devido suas limitações, fossem físicas ou cognitivas, não poderiam conviver e estar no mesmo espaço de formação que os “normais”. É nesse contexto que se configura a psicologia voltada para a educação, principalmente no âmbito das instituições privadas e das classes especiais (NOGUEIRA, BEZERRA, 2017 p.8).

Somente a partir da Declaração de Salamanca (1994), que os movimentos de contestação à educação excludente ganham força e legitimidade no Brasil. É a partir dela que surge uma nova visão da educação especial, considerando as capacidades e habilidades de cada criança como única em seu processo de desenvolvimento. Isto é, considera-se que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 1994, p 1 e 2).

Nesse sentido, as escolas são exigidas a desenvolverem modelos inclusivos de educação, permitindo que todos possam ter o direito ao ensino regular, com respeito às suas diferenças e assistência na medida de sua necessidade e particularidade.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), promulgada em 1996, incorporou os princípios colocados pela Declaração de Salamanca (1994), que com sua mudança trouxe toda uma alteração na legislação brasileira, vindo a ser dedicado um capítulo inteiro da LDB a orientações para a consolidação da educação inclusiva, restringindo ao ensino especializado apenas aqueles cuja deficiência não permitisse sua integração na rede de ensino regular por meio de classes ou salas especializadas.

A normatização e legalização do ensino regular para todos, respeitando suas diferenças e as exigências para seu desenvolvimento a partir de sua particularidade e limitação, trouxe uma série de polêmicas no âmbito da política de educação. A principal delas está na tese de que a integração entre alunos com e sem necessidades especiais tem aspectos positivos, na medida que permite a integração desde o início da formação de alunos com necessidades e

demandas distintas, auxiliando para que o preconceito e a discriminação sejam trabalhados de maneira a serem minimizados. Por outro lado, muitos profissionais afirmam que a política de Inclusão na educação não veio acompanhada de todas as mudanças e suportes técnicos e estruturais necessários, e tem gerado uma sobrecarga e frustração de profissionais e alunos que driblam para consolidar princípios democratizantes e inclusivos de formação sem o básico para esse processo.

Apesar dos avanços em termos legislativos¹, ainda há muito a superar em termos culturais, econômicos, sociais, estruturais, técnicos e humanos para a construção de uma verdadeira educação inclusiva. A promulgação da Lei 13.93 de 2019, que prevê assistentes sociais e psicólogos na Educação Básica é um ganho enorme, fruto de longa luta, a colaborar para pensar uma nova forma de inserção da psicologia nos espaços educacionais enquanto estratégia de fortalecimento de práticas inclusivas de formação e educação. Entretanto existem muitos desafios que serão abordados introdutoriamente no próximo tópico.

3.2 Desafios e avanços da inclusão educacional

Desde a década de 90, com os avanços normativos e legais, a discussão acerca da educação inclusiva tem ocupado profissionais, sociedade e entidades engajadas na busca pela inserção educacional de forma justa e igualitária. Todo avanço normativo tem suscitado também debates acerca de o quanto avançamos na prática e como vem se concretizando esse direito à educação no Brasil (MAZOTA; SOUZA, 2000, p.96).

Ainda que esteja previsto legalmente, o direito de acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas etc., existem muitos desafios encontrados na inclusão

¹ Declaração dos Direitos Humanos (1948); Constituição Federal (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Declaração de Jomtien (1990); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996); Convenção da Guatemala (1999); O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite (2011); Plano Nacional de Educação (2014); Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015); entre outras.

escolar, mesmo porque, a exclusão a que referimos está relacionada às dimensões sociais, racial, de gênero e, ainda, das pessoas deficientes.

A inclusão enquanto veículo para garantia do pleno desenvolvimento objetivo e subjetivo e a formação e aprendizagem para a convivência social e comunitária dos sujeitos, exige muito mais que o discurso. Torna-se indispensável criar as estratégias e mecanismos para garantia da aprendizagem de forma inclusiva e plena.

A falta de adaptações no ambiente físico, ainda é considerada um desafio para se fazer o processo de inclusão escolar, é necessário que a escola tenha estratégias diferenciadas para receber o aluno com Necessidade Educacionais Especiais (NEEs), para que assim, possa garantir o direito de acessibilidade desses estudantes. “Ao falar em acessibilidade curricular não deve limitar-se apenas adaptações das barreiras pedagógicas, mas sim a remoção dos obstáculos que estão associados efetivamente a melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência” (GOMES e FICAGNA,2017 p.4).

Soma-se a este fator, lidar com a falta de recursos e materiais para acolher o aluno. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL,2008).

Para Glat, Magalhães e Carneiro (1998), a escola inclusiva apenas deixará o plano imaginário, a partir de condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e materiais.

Entretanto, cumpre registrar os avanços e pontuar que a Educação Inclusiva está em constante construção. A Convenção da ONU em 2006, sobre os direitos de pessoas com deficiência foi essencial para os avanços. Os princípios da referida convenção demonstram esses avanços:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- e h) O respeito pelo

desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (ONU- 2006, Art. 3.).

O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes, foi uma das grandes conquistas e avanços da Educação Inclusiva. Em 2003, foi implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (PNEEPEI, 2008).

Assim como, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015, que teve uma grande contribuição no processo da inclusão de pessoa com deficiência, no artigo 1º ressalta que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Os avanços normativos e alcançados no âmbito da Política de Educação Inclusiva demonstram que ainda temos muito a avançar, mas também explicita que caminhamos bastante desde o Brasil Império. Cabe entendermos como o psicólogo pode contribuir nesse processo de integração e inclusão.

3.3 Atuação do psicólogo frente à educação inclusiva

É importante destacar a importância da Psicologia Escolar frente à educação inclusiva, visto que esta, ainda é um desafio na Educação Básica.

Mendes; Khoury (2019), ressaltam que a legislação vigente garante e sustenta salvaguardas como ser responsabilidade da rede regular de ensino, educar toda e qualquer criança. Desta forma, oferecendo as pessoas com

necessidades especiais o direito de acesso à Educação Básica, sem nenhuma discriminação, possibilitando que este aluno tenha acesso e permanência no espaço escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que foi publicada pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, indica os rumos que as ações educacionais devem seguir para implantar a educação inclusiva nas escolas brasileiras. Visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes. A mesma declara que:

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (PNEEPEI, 2008, p.1)

Assim, a inserção da Psicóloga no campo Escolar, é extremamente importante, no que diz respeito ao combate à exclusão no espaço escolar. Sabendo que, as psicólogas devem trabalhar de forma ética, em prol da educação digna e de qualidade, sem que haja preconceito ou exclusão.

Cumprir considerar que na intervenção na escola é preciso que a(o) psicóloga(o) identifique, primeiramente, concepções “de sociedade, de educação, de grupo, de indivíduo, de coletividade” dos professores, estudantes e familiares, assim como as suas próprias concepções (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019 p. 49).

Cristóvão Buarque (1993), *apud* Mattos (2011, p. 220,) afirma que “acreditam que a exclusão é um processo, no qual o ser é posto à parte, é apartado, separado do gênero humano. Assim, a exclusão é um processo cruel de apartar pessoas consideradas desqualificadas para a sociedade”.

As psicólogas alinhadas com o compromisso social da Psicologia devem se implicar na construção da educação inclusiva, contribuindo para a sua efetivação, lutando assim por uma sociedade menos desigual (SILVA e ANACHE, 2009). Salienta-se a consideração do aluno como um ser

biopsicossocial, com diferentes potencialidades que devem ser valorizadas e desenvolvidas.

3.3.1 Educação Inclusiva nas Referências Técnicas para Atuação da Psicóloga na Educação Básica

Em seu Eixo 3, *As Referências Técnicas para Atuação da(o) Psicóloga(o) na Educação Básica* (2019), dispõe sobre as principais áreas nas quais as práticas das(os) psicólogas(os) devem estar centradas no âmbito educacional. Em atendimento ao objetivo do estudo em tela, será enfatizado o trabalho “na educação inclusiva e com grupos de alunos” (CFP, 2013, p. 22).

O trabalho das psicólogas na Educação Inclusiva, não se constitui sozinho, é preciso entender que o processo de inclusão na Educação Básica necessita de toda comunidade escolar. A participação da psicóloga não se resume, apenas, aos interesses internos das instituições, mas abrange todos os sujeitos envolvidos e comprometidos com uma educação libertadora e inclusiva (SILVA, et al., 2018, p.223).

A formação profissional da(o) psicóloga(o), a nível de graduação, considerando os desafios da educação inclusiva, é limitada, e tem como consequência a dificuldade para fazer o processo de inclusão escolar. Dessa forma, (SILVA, et al,) aponta que:

O psicólogo, assim, mediante as demandas escolares no processo de ensino-aprendizagem, na responsabilidade e no dever de proporcionar uma educação inclusiva necessita de uma formação continuada por meio de atualizações e estudos aprofundados na educação inclusiva e na própria área escolar, pois somente a graduação em Psicologia não é suficiente proporcionar uma formação efetiva para atuação direta para a escola (SILVA, 2020, p. 10).

O profissional da Psicologia pode intervir na escola, realizando grupos de apoio psicopedagógico com estudantes que tem dificuldades no processo de escolarização. “Nesse sentido, poderá trabalhar, em parceria com pais, professores e equipe pedagógicas, com atividades que colaborem para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, enfocando a relação entre cognição e afeto” (CFP, 2013, p. 51).

Existem vários questionamentos relacionados ao processo de escolarização das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o trabalho da(o) psicóloga (o) pode auxiliar no processo de inclusão escolar rompendo com as práticas excludentes.

Na inclusão, os grupos historicamente excluídos do ensino regular são inseridos na educação. Essa inclusão, embora deva ser feita em toda a sociedade, ela se especifica na escola, sobretudo por meio do papel do professor. Assim, quem deve primariamente fazer a inclusão é o professor. O psicólogo será coadjuvante e auxiliará nesse processo, devendo fortalecer o processo de escolarização (SILVA; et al., 2020, p.9)

Ao ser parceiro no fortalecimento do processo de inclusão na educação, as(os) profissionais da psicologia podem contribuir para a compreensão de que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem formativa, só podem ser espaços de inclusão a partir do acompanhamento e apoio aos atores educacionais, do investimento em recursos técnico-pedagógicos, do estímulo suplementar. Torna-se importante o acompanhamento de equipe multidisciplinar – assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos –, professores de apoio, professor(a) para a “sala de recursos (AEE). Mesmo porque, para enfrentar os desafios colocados ao cotidiano do processo ensino-aprendizagem na perspectiva da diversidade, os atores educacionais dependem de um conjunto de ações de caráter objetivo e subjetivo (MATOS & MENDES, 2014).

A prática da psicologia no âmbito educacional, desta forma, contribui para o entendimento de que educar para uma sociedade “inclusiva” traz como exigência apreender toda uma complexa realidade presente nas escolas, principalmente no que se refere às(aos) alunos com deficiências. Tanto as(os) alunos quanto as(os) educadoras(es), carecem de apoio para lidar e acolher a diversidade de demandas e diferenças que chegam no espaço escolar (ANTUNES, 2008).

Pautar-se na compreensão das dimensões objetivas e subjetivas das relações escolares já construídas pelos alunos e aquelas que se constituem no espaço escolar, é imprescindível aos profissionais psicólogos (CFP, 2013, p.42).

Para tanto, precisam ser consideradas no acompanhamento e orientações educacionais, as relações, os sentimentos, as habilidades, os interesses, as afinidades e as possibilidades de integração, de forma a efetivar processos de socialização e de valorização das individualidades; exigindo do profissional, estratégias dinâmicas e flexíveis de atuação para tratar de assuntos cotidianos de forma criativa e crítica (SOUZA, RIBEIRO, & SILVA, 2011).

Certamente, o trabalho multidisciplinar e técnico, pode revelar possibilidades e permitir uma construção efetiva da inclusão pelo entendimento, autorreconhecimento e pertencimento nos processos de ensino aprendizagem.

Para alcançar objetivos coletivos, o trabalho precisa ser realizado junto à Unidade de Ensino, aos familiares, educadores e estudantes, para que por meio de atividades coletivas o profissional consiga realizar ações voltadas para a construção e ressignificação de valores coletivos, solidários, “promovendo a reflexão coletiva sobre barreiras atitudinais e arquitetônicas presentes no cotidiano escolar e suas formas de enfrentamento” (CFP, 2013, p. 49), mas também barreiras culturais, sociais, de gênero, econômicas e valorativas.

O trabalho com grupos de apoio se apresenta, portanto, indispensável, pois é o espaço em que os profissionais podem realizar o acompanhamento, dar o suporte necessário e realizar orientações direcionadas aos estudantes, pais, educadores e unidade como um todo trabalhando questões sobre preconceito, discriminação, acolhimento, diversidade etc.

Portanto, a intervenção profissional no âmbito escolar não é meramente um trabalho técnico; tem a ver com a formação continuada, uma vez que a “construção de uma Psicologia crítica, em contextos educativos, embora iniciado, ainda é bastante extenso, pois, na escola, são várias as situações que exigem conhecimentos, tanto da educação em relação à sociedade” (CFP, 2013, p. 52).

3.3.2 Principais atividades Desenvolvidas

Para desenvolvimento do trabalho, voltado para a inclusão na Educação Básica, cabe à psicóloga considerar as especificidades de cada etapa além de

conhecer as particularidades da escola na qual atua, desde os aspectos mais básicos, até os bastidores, pensando em todas as relações que se estabelecem na comunidade escolar, que vão além da sala de aula.

Segundo Souza (2021) existe algumas direções em que o psicólogo deve atuar em relação à escola. Dentre elas estão:

Ajudar o educador a refletir sobre sua infância, para melhor compreender a infância de seus alunos; Contribuir para que o educador infantil possa rever sua identidade enquanto profissional, encontrando um sentido todos os mais significativos pares seu fazer pedagógico; Auxiliar o educador no convívio das relações grupais; - nas relações de equipe e na construção da turma enquanto grupo; Ajudar o educador a refletir sobre sua família para melhor compreender a dinâmica familiar de seus alunos e novo perfil familiar; Ajudar o educador a refletir e conhecer sobre o desenvolvimento humano e os processos ensino/aprendizagem com base nos fundamentos teóricos que sustentam sua prática, possibilitando que ele possa compreender e encaminhar, com clareza, o percurso de escolarização de seus alunos evitando os excessivos encaminhamentos a sessões psicopedagógicas (SOUZA, 2021, p.1).

Para Martinez (2010), as formas de atuação do psicólogo podem ser divididas em tradicionais e emergentes.

As tradicionais estão divididas em: Avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares; Orientação a alunos e pais; Orientação profissional; Orientação sexual; Formação e orientação de professores; Elaboração e coordenação de projetos educativos específicos (em relação, por exemplo, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, entre outros).

As formas de atuação emergentes são: Diagnóstico, análise e intervenção em nível institucional, especialmente no que diz respeito à subjetividade social da escola, visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo; Participação na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola; Participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho; Contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica; Coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos; Contribuir para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado;

Realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo; Facilitar de forma crítica, reflexiva e criativa a implementação das políticas públicas.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser oferecido de forma complementar à formação dos estudantes, tendo como objetivo central, possibilitar e promover a participação e a interação nas atividades escolares.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento (procedimentos educacionais especiais) e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (PNEEPI, 2008, p.1)

A participação do psicólogo no suporte ao Atendimento Educacional Especializado é de fundamental importância, que sejam operacionalizados atendimentos especializados e respostas pedagógicas diferenciadas, da elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)². A atuação do psicólogo escolar junto aos educadores envolvidos na inclusão na Educação Básica, afirma-se de extrema relevância para a comunidade escolar.

Cumprir ressaltar ainda, que no desenvolvimento de suas atividades voltadas para a inclusão, a(o) psicóloga(o) deve atentar para as competências enfatizadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora tal documento não mencione detalhadamente o trabalho. Salienta-se, entretanto, que faz referência à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) e assim sendo, deve-se recorrer as Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN (2009), para melhor compreensão das formas específicas de organizar o trabalho comprometido com a inclusão.

4. Considerações finais

O estudo realizado permite afirmar que houve avanços no debate sobre as políticas inclusivas tanto a nível mundial quanto a nível nacional. As mudanças societárias exigiram, obviamente, que a legislação acompanhasse o

² Trata-se de um documento onde se registram todos os dados para avaliação do estudante atendido, bem como o PDI planejamento da intervenção pedagógica a ser realizada pelo professor da chamada Sala de Recursos Multifuncionais

processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais nos espaços culturalmente pensados e estruturados para os “normais”.

A educação básica foi alvo das mudanças legais efetivadas a partir da década de 1990. Não por acaso, pois esta etapa é essencial à formação dos novos sujeitos sociais e profissionais: o alicerce da sociedade. Apesar de tal avanço, observa-se que a inclusão educacional, ainda assim, não alcançou os parâmetros integrais como postos nas leis. Para que a proposta de educação inclusiva se efetive, faz-se necessária maior participação junto à comunidade escolar.

A literatura consultada apontou como a(o) psicóloga(o) tem importância, no processo de inclusão na escola, desde a construção do Projeto Pedagógico, acompanhamento da equipe de profissionais e, sobretudo dos alunos em processo de inclusão. Torna-se indispensável a presença de profissionais especializados, comprometidos com o conjunto de demandas que a inclusão alunas(os) com necessidades especiais coloca.

Acolher a família, escutar e planejar ações que desenvolvam integração de toda a comunidade, deve ser pensado com base nos fundamentos da psicologia da educação/escolar, portanto, especial relevo se dá à presença do psicólogo (a) no espaço escolar. Este(a) profissional tem papel fundamental no desenvolvimento do trabalho coletivo voltado para a aprendizagem do aluno, considerando as suas particularidades, para que sejam elaboradas respostas pedagógicas diferenciadas.

Para alcançar objetivos coletivos, o trabalho deve envolver a participação de todos os segmentos da unidade de ensino, para a construção de valores solidários, de práticas de acolhimento e respeito à diversidade, bem como para o enfrentamento do preconceito, discriminação. Nesse sentido, a intervenção profissional no âmbito escolar não é meramente um trabalho técnico e demanda formação continuada.

O desafio colocado às (aos) profissionais da Psicologia é, portanto, considerar o acompanhamento e as orientações educacionais, atentar à importância da teia de relações estabelecidas na comunidade escolar, de forma a efetivar processos de socialização e de valorização das individualidades; o que exige da(o) profissional, estratégias dinâmicas e flexíveis de atuação para tratar de assuntos cotidianos de forma criativa e crítica; buscando novas

possibilidades para o fazer profissional que favoreça posturas e práticas inclusivas na educação básica.

Referências

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: História, compromissos e perspectivas.** 2008.Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Maringá, 12(2), 469-475. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Acesso em: 26 Abr. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, SEB, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva,** 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Atuação de Psicólogos em Políticas de Educação Inclusiva: Relatório de Pesquisa.** Brasília: 2008 . Disponível em: <http://site.cfp.org.br/atuaao-de-psicologos-em-educao-inclusiva-cfp-divulga-resultados-da-pesquisa-nacional> Acesso em: 02 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica.** Brasília: 2013. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br> Acesso em: 05 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.. **REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NA EDUCAÇÃO BÁSICA. O trabalho da(o) psicóloga(o) e a educação inclusiva-**. ed. Brasília, 2019-2

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial.** Espanha, 1994.

GOMES, E. F.;, FICAGNA, R. G **Acessibilidade como Processo de Inclusão de Estudantes com Deficiência Física no Contexto Escolar-** 2017 Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/> Acesso em: 05 maio 2021

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2017.

MATTOS, S. M. N **Inclusão/ Exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares.** . Educar em Revista, Curitiba, Brasil, p.220, abr./jun. 2012. Editora UFPR. Disponível em:

<https://www.scielo.br/> Acesso em: 26 Jun. 2020.

MATOS, S. N., & MENDES, E. G. **A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais**. 2014 *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, 10(16), 35-59.

MAZZOTTA, M. J. da S., & SOUSA, S. M. Z. L. **Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira**. 2000. *Estilos Da Clínica*, 5(9), 96-108. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v5i9p96-108>. Acesso: 03 Abr. 2021.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ 2008**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 27 jul. 2020.

MEC. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**- Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- Brasília- 2017 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 27 jul. 2020.

MENDES, F. Azevedo de Jesus, KHOURY, P. Lins **Educação Inclusiva Do Deficiente Intelectual e o papel da psicologia**- Psicologia e Pluralidade 2019. ISBN: 978-65-992205-1-7 Disponível em: <https://unipacto.com.br/> Acesso em: 25 Jul.2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL . **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**- Brasília 2010.

MORAES, L. **A educação Especial no Contexto do Plano Nacional de Educação**-2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em 27 jul. 2020.

NOGUEIRA, de MZ de Lima, BEZERRA Lireida Maria **Educação Especial: Reflexões acerca da Temática**- 2017 Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/> Acesso em: 03 Mai. 2021.

SILVA, Byanca E. D.; MOREIRA, Henry W.D.; OLIVEIRA, Andreia B de; SILVA, Maria Auxiliadora L.; CARVALHO, Maria das Graças **Contribuições do Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão de Crianças com Dificuldades de Aprendizagem na Escola**- 2018. *Id on Line Rev. Mult. e de Psic.*, 2018 Vol.12. ISSN: 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/> Acesso em: 04 maio 2021.

SILVA, Matheus . R.; FREITAS, Mylena. A.; GAMA, Thallila. A.; LIMA, Anne Kariline. T.; SILVA, Tainá.D.B., **PSICOLOGIA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: da formação à atuação profissional- 2020.

SOUZA, C. S. de, Ribeiro, M. J., & SILVA, S. M. C. da. **A atuação do**

psicólogo escolar na rede particular de ensino. 2011. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, 15(1), 53-61.

SOUZA, Regina Celia de. ESCOLA, **Equipe Brasil. "Psicólogo na Escola";**
Brasil Escola. Disponível
em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/psicologo-na-escola.htm>. Acesso
em: 24 maio 2021.